

**JORNAL FRONTEIRA DO IGUAÇU E A DITADURA MILITAR:
A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO POR MEIO DOS EDITORIAIS (1972 A 1973)**

Maycon Moacir Souza Corazza¹
Ricardo Krupinski²

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar os editoriais do extinto jornal Fronteira do Iguaçu, de Cascavel, Oeste do Paraná, durante a Ditadura Militar, com recorte temporal de 1972 a 1973, buscando encontrar o papel deste Aparelho Privado de Hegemonia (APH) no processo político e econômico do período, como construtor de um consenso favorável ao regime ditatorial. Nos veículos impressos, principalmente os editoriais, são tradicionalmente o espaço em que se destaca a “voz do dono”. Dessa forma, é possível visualizar de maneira mais clara o projeto político e econômico do meio de comunicação e perceber as intenções deste ao se posicionar em relação a temas específicos e, até mesmo, sobre uma conjuntura ampla, como o regime vigente de um país. Analisamos, durante a pesquisa, 13 textos identificados como editoriais em edições do recorte temporal anteriormente citado, tendo como aparato teórico, especialmente, o filósofo italiano Antonio Gramsci (1991). A conclusão alcançada foi de que o extinto jornal analisado teve um discurso afinado com a ditadura militar. Além de construir um consenso pela manutenção do regime, o Aparelho Privado de Hegemonia em questão também pregou a necessidade do desenvolvimentismo econômico e da construção de uma economia neoliberal no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Aparelho Privado de Hegemonia, Ditadura Militar, Consenso, Jornal.

INTRODUÇÃO

A ditadura civil-militar no Brasil, iniciada com o golpe ocorrido em 31 de março de 1964, foi um período de turbulência no setor político e econômico, que teve reflexos significativos em diversos setores da sociedade. A queda de João Goulart, considerado um presidente alinhado à esquerda – principalmente pelos militares e grupos reacionários – e a ascensão de setores do alto escalão das Forças Armadas deu início a um dos mais negros períodos da história recente do país, que só terminaria em 1985.

O regime trazia consigo, acima de tudo, um projeto econômico, calcado nos interesses capitalistas e no plano de expansão do poderio americano. Foi durante o regime militar que

¹ Acadêmico do 8º período do curso de Comunicação Social – Jornalismo/Publicidade e Propaganda da Faculdade Assis Gurgacz (FAG). maycon_corazza@hotmail.com

² Professor orientador. ricardo_history@hotmail.com

ocorreu, por exemplo, um intenso processo de abertura para o capital estrangeiro, além do crescimento e da valorização da elite nacional. Foi durante esse período, também, que ocorreu o chamado “Milagre Econômico” – à custa de arrocho salarial, nova legislação trabalhista e outros fatores – propaganda do regime que apresentava um Brasil em desenvolvimento e avanços expressivos na economia.

Essa foi uma época complexa também para os meios de comunicação, principalmente a partir do AI-5 (Ato Institucional nº 5), instaurado em 13 de dezembro de 1968, que deu início ao período escancarado da ditadura militar brasileira. Direitos foram rechaçados, a censura passou a imperar em grande parte da imprensa brasileira e o jornalismo se viu amordaçado em muitos momentos.

Em Cascavel, no Oeste do Paraná, a aproximadamente 500 quilômetros de Curitiba, o cenário não era diferente. Durante os 21 anos de ditadura militar, a cidade contou com seis jornais, em períodos distintos. Foram eles: *Diário do Oeste*, *Diário de Cascavel*, *Jornal Fronteira do Iguaçu*, *Jornal de Cascavel*, *Jornal O Paraná* e *Jornal Hoje-Cascavel* – destes apenas o *Jornal O Paraná* e o *Jornal Hoje* circulam até os dias atuais (2012).

Esta pesquisa científica tem como objeto de análise um dos veículos de comunicação citados anteriormente, o extinto jornal *Fronteira do Iguaçu*. O surgimento desse jornal está ligado, em um primeiro momento, ao projeto de criação do Estado do Iguaçu. A escolha do jornal está baseada na importância dada a ele por historiadores e profissionais da imprensa local, como Alceu Sperança, Rolvi Darciso Martini, Regina Sperança, entre outros, além do grande alcance que tinha durante o período em que circulou.

Nas próximas páginas, procuraremos promover uma análise sobre a influência desse Aparelho Privado de Hegemonia (APH) na construção de um consenso favorável à Ditadura Militar, ao discurso de desenvolvimentismo e à implantação de um modelo liberal no Brasil, por meio de seus editoriais, no recorte temporal que vai de 1972 a 1973, quando o Brasil ainda vivia sob os comandos de Emilio Garrastazu Médici e sofria com a face mais cruel do regime.

Este trabalho contrapõe a visão liberal da imprensa, promovendo uma reflexão a partir do filósofo italiano Antonio Gramsci, que vê os aparelhos privados de hegemonia, neste caso os veículos de comunicação, como instrumentos da luta de classes, ou seja, peças importantes para a luta pela hegemonia ou manutenção dela. A imprensa é vista como parte integrante da sociedade civil e portadora de um projeto ideológico. Este trabalho procurará trabalhar conceitos sobre Estado, Poder e Hegemonia, apresentando teorias do filósofo Antonio Gramsci e abordagens de alguns de seus intérpretes.

Como referencial teórico utilizaremos os estudos de Gramsci (1991), que parte da ideia de que todo veículo de comunicação, enquanto Aparelho Privado de Hegemonia, produz um consenso, servindo dessa forma para a manutenção ou iniciação de um projeto político e de sociedade, uma hegemonia. Contaremos também com o suporte teórico e metodológico de Abramo (2003), o qual defende que os jornais “deixam de ser instituições da sociedade civil para se tornar instituições da sociedade política” (ABRAMO, 2003, p. 46).

Embasamos nossa pesquisa em 13 editoriais veiculados no *Fronteira do Iguaçu*, durante o recorte temporal predeterminado, tendo como base as edições disponíveis na Biblioteca Pública de Cascavel. Desse total, utilizaremos cinco como chave para o desenvolvimento teórico e metodológico, por entendermos que são os quais abordam temas mais ligados à política e à economia, local e nacional. Também foram consultados e serão utilizados como suporte os autores Dreifuss (1987), Marques de Melo (1985), Gaspari (2002), Silva (2006), Bakthin (2002), entre outros.

A presente pesquisa se justifica principalmente pelo ineditismo, já que não há publicação que tenha se proposto a fazer análise similar com o objeto escolhido. Com o desenvolvimento deste trabalho científico esperamos possibilitar um aparato teórico para outros pesquisadores do tema, bem como aprofundar o conhecimento sobre a história da imprensa local.

1. O GOLPE E A IMPRENSA

No dia 31 de março de 1964, iniciava-se a ditadura civil-militar brasileira, em um golpe orquestrado pelas Forças Armadas e por setores organizados da sociedade civil, especialmente da classe burguesa. A partir disso, o Brasil passa por um recesso extenso de democracia e se depara com diferentes facetas de um regime de repressão e abusos.

A queda do então presidente João Goulart foi fundamentada e justificada pela “ameaça comunista” visualizada pelos setores conservadores do país, além de um entendimento de que era preciso um projeto para superar o “atraso” da economia nacional. É importante ressaltar, para compreensão histórica, que não só o Brasil, mas o mundo vivia um período delicado, tendo de um lado o capitalismo – representado pelos Estados Unidos, e de outro o projeto de socialismo – representado pela União Soviética. As pressões eram exercidas de ambas as partes, mas, no caso do nosso país, imperou a vontade dos americanos de manter o Brasil como um país capitalista e introduzir o projeto neoliberal, que começava a se espalhar pelo mundo todo.

Dreifuss (1981) analisa a penetração multinacional na economia brasileira, com base em uma pesquisa seminal realizada no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que mostra o peso da economia nacional e a importância política do bloco de poder multinacional e associado no país:

Dos 55 grupos multibilionários encontrados no Brasil, 31 deles (56,4%) eram multinacionais e 24 deles (43,6%) eram locais ou “nacionais” dos quais, por sua vez, 62,5% tinham ligações variadas com grupos transnacionais. Desses 24, somente 9 grupos (37,5%) não tinham ações nas mãos de corporações multinacionais, ao passo que 2 deles tinham diretorias interligadas com as de corporações multinacionais (DREIFUSS, 1981, p. 51).

O poderio dos Estados Unidos na conjuntura mundial fica ainda mais nítido quando se analisa a expansão do capital americano, “que detinha somente 2,0% dos investimentos no exterior no primeiro quarto do século” e “passou a ocupar em 1960 uma posição proeminente, possuindo perto de 60% dos investimentos estrangeiros” (DREIFUSS, 1981, p. 57). Enquanto nos Estados Unidos crescia seu patamar de economia capitalista global, a participação de países como Grã-Bretanha, França e República Federal Alemã diminuía consideravelmente.

Essa movimentação econômica, aliada aos processos políticos internos delicados, foi crucial para o início do Estado autoritário. Dreifuss (1987) afirma que “o estabelecimento do novo bloco de poder multinacional e associado no aparelho estatal não foi um fenômeno mecânico nem o mero reflexo de uma situação econômica, mas uma minuciosa empresa de classe” (DREIFUSS, 1987, p. 138).

Com a ditadura, o país teve seis momentos diferentes, que podem ser divididos tendo como referência aqueles que governaram o Estado. O primeiro presidente militar foi o general Castello Branco, que estabeleceu eleições indiretas para presidente, além de dissolver partidos políticos – instituindo o bipartidarismo – e cassar mandatos e direitos. Depois, o Brasil se viu conduzido por Arthur da Costa e Silva (1967 a 1969), por uma Junta Militar – constituída pelos ministros Aurélio de Lira Tavares (Exército), Augusto Redemaker (Marinha) e Márcio de Souza e Melo (Aeronáutico) –, por Emílio Garrastazu Medici – considerado o período de chumbo do regime –, Ernesto Geisel e, por fim, João Baptista Figueiredo, que decreta a Lei da Anistia.

Gaspari (2002) contextualiza que os períodos foram alternados:

Durante os 21 anos de duração do ciclo militar, sucederam-se períodos de maior racionalidade no trato das questões políticas. Foram duas décadas de maior ou menor racionalidade no trato das questões políticas. Foram duas décadas de avanços e recuos, ou, como dizia na época, “abertura” e “endurecimentos” (GASPARI, 2002, p. 129).

A imprensa nacional estava incluída nesse contexto, representada em termos nacionais por grandes organizações que compunham o grupo que arquitetou a desestabilização e posterior queda de João Goulart e foi favorável ao regime militar. Porém, a relação entre o Estado, a partir do golpe, e a imprensa foi contraditória e até hoje deixa margem para interpretações.

Um dos momentos mais relevantes da relação da imprensa com o regime foi o Ato Institucional Nº 5, em 1968, considerado o divisor de águas da ditadura militar, quando a sociedade conheceu a face mais repressiva da ditadura brasileira. Foi a partir de então que parte da imprensa brasileira se viu mais claramente diante da “censura política”, que já vinha sendo aplicada, mas com menos intensidade.

Gaspari julga que “de 1968 a 1974 o país esteve sob um regime escancaradamente ditatorial” (GASPARI, 2002, p. 129). Nesse período, em que se encontra também o recorte temporal desta pesquisa, “foram expedidas 360 proibições, uma das quais determinava que se esquecesse uma declaração pública do senador Filinto Muller, presidente do partido do governo, de que não existia censura no país” (GASPARI, 2002, p. 218).

Antoniolli (2010) fala sobre como era imposta a censura³ à imprensa brasileira durante a ditadura militar:

Críticas ao regime e a divulgação da existência da repressão política não eram permitidas, bem como qualquer menção à natureza ilegítima, uma vez que o governo constitucionalmente empossado de João Goulart havia sido deposto pelas armas. Foi característica da censura brasileira a divulgação por parte do Governo aos órgãos de imprensa de ordens com a proibição de publicação de determinados assuntos e notícias (ANTONIOELLI, 2010, p. 6).

No Paraná, os militares também ditaram regras aos veículos de comunicação, no entanto não houve censura prévia, segundo o historiador e jornalista Alceu Sperança⁴.

Havia uma lista de assuntos proibidos: por exemplo, não era permitido dizer que os americanos estavam perdendo a guerra no Vietnã. Então a gente publicava notícias dizendo que as tropas americanas “avançavam” para fora, coisas assim... Às vezes dava para driblar as ordens, às vezes a gente fazia de conta que não tinha entendido isso ou aquilo. Mas a polícia visitava diariamente o jornal. Levavam os recados que vinham das autoridades, monitoravam quem trabalhava na redação e quem visitava o jornal, ficavam horas lá dentro enquanto a gente trabalhava (SPERANÇA, 2012).

³ Muito se discute sobre a censura durante a ditadura militar brasileira. Sabe-se que alguns veículos de comunicação sofreram com a intervenção dos militares, porém, também há que se levar em conta que a ditadura dialogou durante um bom período com grandes grupos da imprensa nacional. Não queremos aqui entrar no mérito. Para nós, interessa saber que há registros de censura e que esta pode ser vista como parte do modelo do regime militar no país.

⁴ O jornalista e historiador Alceu Sperança respondeu a um questionário encaminhado pelo autor da pesquisa, por meio do e-mail alceusperanca@adslcertto.com.br, no dia 20 de março de 2012, às 09h27min, conforme anexo. Essa informação vale para as demais citações de Sperança.

Segundo Washington Novaes (1989), a censura é a primeira providência de toda ditadura. Isso ocorre porque o Estado tem consciência do poder da informação e das consequências que ela pode trazer. A lógica é: quem tem menos informação tem menos poder. E é a partir dessa linha de raciocínio que o capitalismo transforma a imprensa em um projeto de manutenção do consenso, utilizando-se de mecanismos para mascarar essa linha partidária.

2. FRONTEIRA DO IGUAÇU

A imprensa de Cascavel tem desde os seus primórdios o atrelamento partidário como sustentação, o que confere a ela uma relação direta com projetos de hegemonia, seja esta a vigente ou uma ainda a ser implantada. Prova disso é o caso do primeiro jornal, *Correio do Oeste*, fundado em 6 de maio de 1953, por Celso Sperança, que tinha como objetivo exclusivo oferecer sustentação política ao PSD (Partido Social Democrático), ao qual era filiado.

O jornal, que se apresentava como um jornal de 'Cascavel do Sul' – como ainda era conhecida a cidade –, publicava, essencialmente, matérias sobre a movimentação política do município: textos integrais de leis aprovadas pela Câmara, atos do poder executivo municipal, entrevistas com vereadores e deputados e, é claro, notícias curtas sobre as atividades e viagens dos filiados do PSD, como o presidente do partido na cidade ou os candidatos da legenda a cargos públicos (JAWSNICKER, 2005, p. 6).

O *Correio do Oeste* teve uma vida curta: apenas 13 edições. O cunho ideológico e partidário, porém, permaneceu vivo na imprensa cascavelense, que ainda passava por um difícil processo de expansão, principalmente por esbarrar na alta taxa de analfabetos. Outros dois jornais, também considerados pioneiros, *A verdade* e *O Diário do Oeste*, fundados em 1956 e 1962, respectivamente, seguiam a linha de veículos políticos.

Para Gramsci (1991), em seus cadernos do cárcere, a imprensa compõe o que ele chama de “aparelhos privados de hegemonia”, que recebem esse nome por não serem ligados diretamente ao Estado:

Todas essas organizações constituem precisamente o que o Caderno I designa como o aparelho da hegemonia de uma classe, em suas múltiplas articulações e subsistemas: aparelho escolar (da escola primária à universidade), aparelho cultural e editorial (das bibliotecas aos museus), organização da informação (jornais, diários, revistas), sem esquecer a Igreja, o quadro de vida e até o nome das ruas (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p. 36).

No dia 21 de fevereiro de 1971 começa a circular em Cascavel o jornal *Fronteira do Iguaçu*, que tem como principal objetivo inicial a defesa da criação do Estado do Iguaçu⁵, um sonho de muitos cidadãos que permanecia vivo nas regiões Oestes dos Estados de Santa Catarina e do Paraná. O *Fronteira* ganha força e rapidamente passa a circular três vezes por semana e, em 1974, torna-se o primeiro jornal diário de grande circulação em todo o extremo-oeste paranaense.

Os primeiros proprietários do jornal foram Nanci Siliprandi, Itacir Bastini, Jácomo Trento e Dirceu Vieira Fagundes, que participavam ativamente do movimento separatista pela criação do Estado do Iguaçu. No primeiro editorial, fica explícito o envaidecimento por parte dos donos da publicação. “Podemos nos orgulhar de ser o terceiro jornal em off-set no Estado do Paraná, apenas antecedido pela Folha de Londrina e pela Gazeta do Povo” (Editorial do nº 1).

Em seu primeiro editorial, o jornal tabloide (28cmx38cm), com um raio de circulação que incluía cerca de 60 municípios, classifica-se ainda como “uma sentinela avançada da fronteira do Iguaçu, contra qualquer tipo de subversão e corrupção”.

No mesmo ano em que é fundado e passa a circular, o *Fronteira do Iguaçu* passa à categoria de “Órgão Oficial do Município de Cascavel”, iniciando a publicação de atos da Prefeitura.

Os ideais separatistas que norteavam originalmente a publicação chegam ao fim e com isso o jornal é transferido à propriedade do médico Luiz Carlos de Lima e do jornalista Frederico Leopoldo Sefrin Filho, participando também do controle acionário da Editora Fronteira do Iguaçu (mantenedora do jornal), Jatir Antônio Freitas e Pedro Valdir de Souza. Sob essa direção, ampliou seu formato e passou a circular diariamente.

O *Fronteira* teve quatro fases. A primeira, a serviço da proposta de criação do Estado do Iguaçu, que definhou devido à repressão ditatorial. A segunda foi a transição do jornal semanário para diário, com a equipe de Frederico Leopoldo Sefrin Filho, que propunha um jornal democrático, ouvindo os dois lados de uma questão. A terceira foi de oposição mais aguda ao regime, à Arena e às lideranças locais pró-ditadura. A estratégia, nesse caso, era publicar o que os militares e a polícia pediam, pois eram ordens, mas atacar fortemente as lideranças locais ligadas ao regime. A quarta foi a liquidação do jornal, primeiro com o incêndio criminoso de suas instalações e por fim o assassinato de seu diretor, Antônio Heleno. A circulação decaiu até fechar as portas (ALCEU SPERANÇA, 2012).

A escolha do *Fronteira do Iguaçu* como objeto da presente pesquisa, além de estar fundamentada na importância conferida a esse veículo de comunicação no cenário local e regional, baseia-se também na noção de que um jornal pode ser visto como documento histórico e, além disso, tem participação efetiva dentro da História.

⁵ O Território do Iguaçu chegou a ser criado em 13 de setembro de 1943, durante o governo de Getúlio Vargas, mas foi extinto em 18 de setembro de 1946, pela nova Constituição. Logo após a extinção, surgiu um movimento favorável à recriação do território, desta vez como Estado. Em Cascavel, havia muitos adeptos da causa, pois havia a proposta de que a cidade fosse a capital do novo Estado.

[...] a escolha de um jornal como objeto de estudo justifica-se por entender-se a imprensa fundamentalmente como instrumento de manipulação e interesses e de intervenção na vida social; nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero “veículo de informações”, transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere (CAPELATO *apud* ANTONIOLLI, 2010).

3. PALAVRA E IDEOLOGIA

O editorial de um jornal é o espaço em que o veículo de comunicação, enquanto empresa, expõe seu posicionamento sobre assuntos diversos, deixando transparecer seu projeto ideológico e econômico. Abramo (2003) afirma que “da mesma forma que os partidos têm seus manifestos de fundação, seus programas, suas teses, os órgãos de comunicação têm seus projetos editoriais, suas linhas editoriais, seus artigos de fundo” (ABRAMO, 2003, p. 44).

Podemos perceber que as ideias de Abramo (2003) vão ao encontro das de Silva (2006) sobre o efetivo papel desempenhado pela imprensa. Segundo a autora, os veículos de comunicação procuram passar uma visão “liberal” da atividade jornalística, quando na verdade, essa versão “faz parte do processo de ocultamento da função histórica da grande imprensa: a manutenção da acumulação do capital” (SILVA, 2006, p. 73).

Os jornais seriam, portanto, fundações enquanto atores partidários e construtores de um projeto hegemônico. A imprensa “existe enquanto sujeito político construtor de consenso e de hegemonia: formulador, organizador e fiscalizador de programas e projetos dos quais as próprias empresas jornalísticas fazem parte” (SILVA, 2006, p. 75).

O jornal se esforçaria abertamente para influenciar seus leitores por meio dos espaços opinativos – que muitas vezes não é diferenciado do noticioso – segundo Marques de Melo (1985, p. 58):

A expressão da opinião, não tomada naquele sentido de categorização das mensagens que pretendem explicitamente atribuir valor aos fatos, mas compreendida como mecanismo de direcionamento ideológico, corporifica-se nos processos jornalísticos através da seleção das incidências observadas no organismo social e que atendem às características de atual e de novo. Materializa-se através da filtragem que sofrem no processo de difusão, seja através da omissão, seja através da projeção ou redução que experimentam na emissão.

Abramo (2003) descarta, ao falar sobre os padrões de manipulação da grande imprensa, qualquer nível de objetividade dentro do editorial, que seria subjetivo por essência, segundo o autor. “O reino da objetividade é a informação, a notícia, a cobertura, a reportagem, a análise,

assim como o reino da tomada de posição era a opinião, o comentário, o artigo, o editorial” (ABRAMO, 2003, p. 41).

A relação entre a imprensa e a realidade é parecida com aquela entre um espelho deformado e um objeto que ele aparentemente reflete: a imagem do espelho tem algo a ver com o objeto, mas não só não é o objeto como também não é sua imagem; é a imagem de outro objeto que não corresponde ao objeto real (ABRAMO, 2003, p. 24).

Os argumentos de Abramo (2003) e de Marques de Melo (1985) podem ser fundamentados pela filosofia da linguagem de Bakhtin (2002). O teórico defende que todo signo é ideológico e que a palavra, presente em qualquer editorial, “é o fenômeno ideológico por excelência”. “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN, 2002, p. 41).

Bakhtin (2002) contribui também, ao realizar uma abordagem marxista da filosofia da linguagem, com a confirmação da existência de manipulação e direcionamento por meio da palavra:

A expressão da opinião, não tomada naquele sentido de categorização das mensagens que pretendem explicitamente atribuir valor aos fatos, mas compreendida como mecanismo de direcionamento ideológico, corporifica-se nos processos jornalísticos através da seleção das incidências observadas no organismo social e que atendem às características de atual e de novo. Materializa-se através da filtragem que sofrem no processo de difusão, seja através da omissão, seja através da projeção ou redução que experimentam na emissão (MELO, 1985, p. 58).

Os veículos de comunicação, entendidos como fatores essenciais da luta de classes, “através dos quais as mensagens jornalísticas penetram na sociedade, bem como os demais meios de reprodução simbólica, são ‘aparatos ideológicos’” (MELO, 1985, p. 57). O jornal estaria, desse modo, cumprindo com o seu papel de Aparelho Privado de Hegemonia, procurando construir um consenso, conquistar ou defender a hegemonia e ainda servir no seu papel de “escola de adultos”.

3.1 EDITORIAIS: IDENTIFICANDO O CONSENSO

Encontramos, durante nossa pesquisa, escassez de editoriais no período analisado, de 1972 a 1973, totalizando apenas 13. De acordo com o jornalista Alceu Sperança, os editoriais eram mais raros porque “em alguns casos a edição era preparada, mas chegavam ordens para evitar este ou aquele assunto e era preciso colocar calhaus ou textos enche-linguiça no lugar” (SPERANÇA, 2012). Desse total, optamos por nos aprofundarmos em cinco, que discorrem

sobre assuntos que possibilitam realizar uma análise mais coerente da relação do jornal com a Ditadura Militar.

Buscamos verificar o conjunto de construções ideológicas presentes nesses espaços, tendo como ponto de partida uma leitura que reflete sobre as simbologias e a produção de sentidos, ultrapassando o sentido denotativo dos textos. A escolha pelo período da ditadura militar ocorreu por ele representar um confronto de ideias e sentidos, travado na sociedade civil brasileira, sendo também um momento em que a luta de classes se torna concreta e ainda mais visível.

Entre os cinco editoriais analisados, o publicado no dia 26 de março de 1972 deixa explícito o posicionamento do jornal *Fronteira do Iguaçu* e a sua relação com a Ditadura Militar. Intitulado de “Mensagem”, o texto assinado por Dirceu Vieira Fagundes – um dos primeiros donos do jornal – trata da proximidade da data em que se lembra o golpe militar.

A “Revolução Brasileira” tem um saldo positivo muito grande. Não é perfeita, porque a perfeição é algo que não pertence à nós terrestres. Somos dos que acreditamos que a nossa revolução e, portanto, a nossa transformação, porque revolução é mudança comparada com as demais que conhecemos, é “fora de série”. Ela é diferente das demais, daí a sua originalidade. É humana e pacífica. Usar o poder com todas as suas forças e fazer o povo calar com violência, opressão e medo, é fácil. Daí o nosso mérito. Nasceu de um golpe estratégico tão perfeito que não houve bala nem sangue. [...] Hoje somos uma “sociedade revolucionária”. Temos consciência e integramos essa transformação. Por isso, agora somos uma verdadeira Nação.

Percebemos neste trecho do texto o objetivo de passar ao leitor uma imagem positiva da Ditadura Militar no Brasil, incoerente com a realidade da época. O uso dos adjetivos “fora de série”, “diferente”, “humana”, “pacífica”, reforça a tese de um alinhamento do jornal com o governo militar e a tentativa de promover um apagamento histórico. O jornal ainda utiliza o termo revolução – comumente propagado pelos militares na defesa da ditadura – em vez de golpe militar. Para finalizar, o jornal tenta ainda atrelar a noção de Nação com o regime militar, como se uma coisa só fosse possível com a outra.

A distorção, a ocultação, a mudança de ângulo e outros fatores são determinantes para que a imprensa cumpra com o seu papel de aparelho privado de hegemonia. No trecho do editorial apresentado anteriormente, temos o que Abramo (2003) chama de padrão de ocultação, que é o silêncio militante sobre determinados assuntos. Ao mesmo tempo, o *Fronteira do Iguaçu* utiliza o padrão de indução, numa tentativa de fazer com que o leitor veja o mundo não como ele é, mas sim como querem que ele seja visto.

A indução se manifesta pelo reordenamento ou pela recontextualização dos fragmentos da realidade, pelo subtexto – aquilo que é dito sem ser falado – da diagramação e da programação, das manchetes e notícias, dos comentários, dos sons e das imagens, pela

presença/ausência de temas, segmentos do real, de grupos de sociedade e de personagens (ABRAMO, 2003, p. 34).

O discurso de uma ditadura sem violência, opressão e medo, apresentado pelo *Fronteira do Iguaçu* pode ser desconstruído primeiramente com os dados que mostram o número de mortos e desaparecidos durante a ditadura militar brasileira, de 1964 a 1985. De acordo com levantamento do Centro de Documentação Eremias Delizoicov e da Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos⁶, são ao menos 379 registros de pessoas vítimas do governo militar.

Nos sindicatos, a repressão da ditadura militar esteve presente em forma de intervenções; foram 536 entre 1964 e 1970. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, por exemplo, sofreu intervenção logo após o golpe contra João Goulart, em 9 de abril de 1964. Na ocasião, “seus principais dirigentes foram convocados a prestar depoimentos em inquérito militar, após serem apontados pelos interventores, que também eram jornalistas, como possíveis ativistas comunistas” (CASTRO, 2007, p. 93).

O período imediatamente posterior à declaração do Ato Institucional nº 5 foi marcado por uma radicalização poucas vezes conhecida em nossa história. O governo militar, subvertendo sua própria legalidade (a Constituição de 1967), reprime as oposições com a tortura e o extermínio físico. (FREDERICO, 2010, p. 77).

Conforme Bakhtin (2002), o signo pode ser considerado o palco onde ocorre a luta de classes, logo é um campo de batalha pela hegemonia. “É devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que a palavra funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for” (BAKHTIN, 2002, p. 37). O *Fronteira do Iguaçu*, portanto, por meio da palavra, estaria assumindo seu posicionamento na trincheira da luta de classes e o expondo por intermédio do signo.

Ainda no editorial do dia 26 de março de 1972, outro trecho revela a intenção do *Fronteira do Iguaçu* de mostrar uma ditadura aberta para o diálogo e integrada com a sociedade.

Hoje ela [a ditadura militar] está amadurecendo mais e mais, se tornando uma verdadeira revolução, porque o povo está se conscientizando dela, integrando-se em suas entranhas, vivendo os seus lances, aplaudindo quando concorda e contestando quando discorda. Só com essa participação do povo é que surgiu a verdadeira revolução social. Quanto mais o povo concordar e discordar dentro de uma educação democrática e das limitações da liberdade, mais concretizaremos nossa revolução.

⁶ Os dados podem ser conferidos em: <http://www.desaparecidospoliticospoliticos.org.br/pessoas.php?m=3>. Vale ressaltar que se trata de um número oficial, sem levar em conta os possíveis casos silenciados pela ditadura militar. A Comissão da Verdade, instaurada neste ano (2012), pode trazer à tona centenas de corpos desaparecidos não contabilizados.

As afirmações “o povo está se conscientizando dela”, “integrando-se”, “vivendo os seus lances”, “aplaudindo quando concorda e contestando quando discorda” aparecem no texto de forma genérica. Em nenhum momento, o jornal revela uma pesquisa ou um dado concreto que mostre as afirmações positivas feitas em relação ao relacionamento da sociedade com o governo militar. O jornal utiliza do espaço opinativo para criar um cenário.

O uso de expressões relacionadas à opinião pública aparece comumente em editoriais de veículos de comunicação até os dias atuais, como forma de defender a visão liberal da imprensa. Calcados no discurso generalizado, nacional, geral, público, os jornais veiculam aquilo que pensam, ou seja, há uma estratégia argumentativa do posicionamento da empresa jornalística.

A opinião pública tem sido usada para permitir aos veículos defender quaisquer posições, bastando para isso manipular padrões técnicos de legitimação de suas posições, o que é feito em sintonia com os institutos de pesquisa, que muitas vezes pertence às próprias empresas jornalísticas. (SILVA, 2006, p. 74-75)

Ao mesmo tempo em que afirma, o editorial também se contradiz. Um trecho diz que “quanto mais o povo concordar e discordar dentro de uma educação democrática e das limitações da liberdade”. Essa parte coloca lado a lado democracia e limitações da liberdade, como se ambas pudessem conviver em harmonia. Há aqui uma tentativa de colaborar com a ditadura em seu projeto de dominação política, já que esta “não pode ser exercida exclusivamente pela repressão física” (JURUCÊ, 2012).

O próprio *Fronteira do Iguaçu* admite que “este espaço reservado para o editorial é o reflexo do pensamento do nosso jornal, seja a imagem do nosso ponto de vista sobre essa nova fase e meta do Brasil”. Com isso é possível confirmar que as ideias anteriormente apresentadas são reflexo da linha editorial, do posicionamento político e do projeto de hegemonia do veículo de comunicação.

No dia 30 de março de 1972, o *Fronteira do Iguaçu* deixa explícito o seu envolvimento com a ditadura militar ou ao menos a interferência do Estado no jornal. Duas páginas inteiras de uma edição intitulada especial foram preenchidas por um texto encaminhado pelo próprio Exército, que foi escrito pelo General Carlos de Meira Mattos, intitulado “Nossa viabilidade para grande potência”. O jornal veiculou, inclusive, a mensagem encaminhada pelo 1º Batalhão de Fronteira com o brasão do Exército. Justificou-se tal veiculação pelos “ensejos das comemorações do 8º aniversário da Revolução”.

O editorial “Nossa viabilidade para grande potência” assume um tom extremamente oficial e carregado de argumentações em busca da construção de um consenso favorável ao projeto da ditadura militar. No terceiro parágrafo, por exemplo, o texto diz que o 1º governo

militar se preocupou em “formular e implantar uma doutrina política de ação, objetiva e dinâmica que representasse o escoadouro amplo e franco das verdadeiras aspirações e legítimos interesses nacionais”. O que se tem a seguir, no trecho do editorial, é uma defesa nítida pelo projeto de desenvolvimentismo da ditadura e sua repressão:

Há críticas constantes de certos meios políticos, e algumas mal intencionadas, sobre a prioridade da política de desenvolvimento sobre a de, a que chamam, plenitude democrática. Nunca a Revolução discutiu a importância da restauração plena de um estado de direito democrático. O que se discutiu e se discute ainda hoje é a ordem de urgência dos objetivos. Estabeleceu a Revolução como premissa que a criação de uma sociedade desenvolvida e estável, levará a uma nação democrática e soberana, assegurando assim a nossa viabilidade como grande potência.

O jornal se deixa usar pelos militares para propagar o discurso liberal dominante no regime vigente da época. Em um primeiro momento, há a intenção de vincular toda crítica ao regime a “certos meios políticos”, excluindo a hipótese de que a população tivesse discordâncias com a ditadura. A oposição seria, dessa forma, apenas algo político, longe da realidade dos lares brasileiros.

O texto argumenta ainda que para se ter um estado de direito democrático é preciso passar pelo chamado processo de desenvolvimento. Sendo assim, a população precisaria esperar o Brasil virar uma potência para ver a democracia como forma de governo novamente. “A palavra adquire, neste caso, um caráter extremamente de formação de um consenso. É devido a esse papel excepcional de instrumento da consciência que funciona como elemento essencial que acompanha toda criação ideológica, seja ela qual for”. (BAKTHIN pág. 37).

No mesmo editorial, os movimentos estudantis e as mobilizações de oposição à ditadura são marginalizados:

Não sera agitando as massas analfabetas e subnutridas que estaremos propiciando o clima para criar-se uma sociedade democrática estável e feliz. Há sim que se criar uma elite que se agrande cada dia, englobando a juventude universitária, consciente de que o desenvolvimento é a chave de todos os nossos problemas, inclusive do da democracia.

No terceiro editorial analisado, veiculado no dia 19 de março de 1973, o jornal demonstra que tem como projeto econômico o liberalismo e o desenvolvimentismo. “A falta de dinheiro circulante é estarrecedora. Primeiramente, porque poucas são as empresas de capital aberto com títulos negociáveis na Bolsa de Valores.” [...] O texto afirma ainda que o Paraná é imaturo, porque muitas empresas continuam com o capital fechado.

Por fim, analisamos o editorial do dia 12 de fevereiro de 1972, quando o jornal exemplifica a contradição da imprensa: ser partidária, ter projeto de hegemonia, mas dizer-se

imparcial, vigilante, entre outros termos da visão liberal. O editorial vai ao encontro da visão de Marques de Melo de que os jornais “são portanto veículos que se movem na direção que lhe é dada pelas forças sociais que os controlam e que refletem também as contradições inerentes às estruturas societárias em que existem.” (MARQUES DE MELO, 1985, p. 57).

Dirceu Vieira Fagundes, um dos donos do jornal, que assina o editorial, afirma em seu texto que “jornal não tem mistério. É uma empresa como qualquer outra, é uma engrenagem. O objetivo é comunicar ao público. Como toda a empresa nasce, vive e morre. Funciona em razão da estrutura própria e da global da nação” e prossegue:

A imprensa tem como função social além de órgão informativo, dirigir novas ideias, ser criativa, ser revolucionária na verdadeira acepção da palavra. Ela não pode ser imitativa, conformista. Ela tem que contestar e inovar os costumes. Não pode ser só o passado e o presente, mas também o futuro.

O jornal, enquanto engrenagem a serviço do capital, procura passar aos seus leitores, no editorial, uma ideia de que é um “cão de guarda” à disposição da população. “Oculta-se que há relações políticas necessárias à manutenção dos interesses de mercado, seja para o jornal, seja para os anunciantes” (SILVA, 2006, p. 74). Basta que voltemos alguns parágrafos para que possamos perceber o jornal como defensor de um projeto específico distinto do que almeja a totalidade da sociedade, logo a visão de “cão de guarda” pode ser parcialmente descartada e ficam nítidas as relações partidárias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na construção desta pesquisa, procuramos situar a imprensa no terreno das disputas ideológicas e políticas, como agente fundamental da luta de classes, colocando de lado as teorias liberais e os conceitos que a colocam como mero instrumento promotor de manipulação. Objetivamos demonstrar que todo veículo de comunicação, enquanto Aparelho Privado de Hegemonia, possui um projeto de construção da hegemonia e uma linha política definidos. No caso do *Frenteira do Iguaçu*, percebe-se, nesta primeira análise, que o jornal construiu um consenso favorável à ditadura militar e ao seu projeto econômico, durante o período pesquisado. Demonstrou, desse modo, seu conservadorismo, o que o distancia de suas teses liberais democráticas.

Procuramos, nas leituras dos editoriais reforçar o entendimento de Gramsci (1991) sobre a imprensa e o seu papel na Sociedade Civil. O jornal, como conduzimos na pesquisa, utiliza, algumas vezes de forma discreta, dos seus espaços para promover o seu papel pedagógico e fazer

suas defesas e do grupo econômico ao qual pertence. A imprensa, dessa forma, toma para si “o papel de educação continuada, na medida em que mantém o processo educacional escolar, pautando, dizendo informar, e ao mesmo tempo mantendo a divisão dos ‘lugares sociais’, ditando como cada um deve ser”. (SILVA, 2006, p. 76)

O estudo do papel do jornal *Fronteira do Iguaçu* na construção de um consenso, principalmente no período que compreende a ditadura militar, assim como da relação entre imprensa e poder no Brasil, precisa ser ainda mais aprofundado. Entender o papel dos veículos de comunicação na história é fundamental para conseguirmos compreender o presente e mostrarmos um lado que a imprensa tenta esconder, o de Aparelho Privado de Hegemonia.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. **Padrões de manipulação na grande imprensa**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ANTONIOLLI, Gabriel Bandeira. **Censura e imprensa na ditadura militar brasileira: o golpe de Estado chileno pelas páginas do Correio do Povo e Zero Hora (Setembro de 1973)**. Porto Alegre: 2010. 51 p. Trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em História. UFRGS, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. 10. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

CASTRO, Emerson. **Uma tribo e suas trilhas num sindicato: concepção de sindicato entre jornalistas**. Curitiba: Pós-Escrito, 2007.

DREIFUSS, René Armand. **A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986**. 2. ed. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

_____. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.

FREDERICO, Celso. **A imprensa de esquerda e o movimento operário (1964-1984)**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

FRONTEIRA DO IGUAÇU. Cascavel: Fronteira do Iguaçu, 1971-1980.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

JAWSNICKER, Cláudia Bellizzi. **Memória da mídia impressa cascavelense**. In: 4º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2006, São Luís. 4º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho, 2006. v. 04. p. 20-35.

JURECÊ, Rodrigo: O partido político para Gramsci: o papel histórico dos intelectuais e dos aparelhos de hegemonia. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/precongresso/juruce.pdf>> Acessado: 09/05/2012.

MELO, José Marques de. **A opinião no jornalismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SILVA, Carla Luciana. Veja: mais um partido neoliberal. **História & Luta de Classes**. São Paulo, ano I, n. 2, p.73-82, 2006.